

Aspectos da Situação Demográfica, 1970-2021 Portugal, NUTS I, II e III

Custódio Cónim¹

Nota Prévia

A caracterização demográfica e socio-económica de Portugal e das suas regiões (NUTS I, II e NUTS III) procura traduzir as principais transformações sociais e económicas registadas nos últimos trinta anos de evolução no nosso país, 1970-2001. Com o objectivo de enquadrar o plano de análise do envelhecimento demográfico, numa óptica retrospectiva e prospectiva, tomou-se como base uma abordagem no âmbito das NUTS I, II e III, focando particularmente as NUTS III que serão objecto de avaliação no quadro do Inquérito²(*Smart Region*), Figura I: *Península de Setúbal e Alto Alentejo*.

NUTS III (Nova delimitação-2002)



1 Membro da equipa de investigação (CEDEP) do Projecto *Smart Region*.

2 Inquérito à população activa mais idosa e a situação face ao emprego «*Smart Region*».

Em Portugal e concluídos os grandes fluxos migratórios internos e o ciclo da emigração portuguesa (anos 50-70), a imigração externa tem marcado a dinâmica fundamental dos saldos migratórios externos em Portugal nos últimos 15 anos. A componente «imigração externa», pese muito embora uma eventual possibilidade de poder ser retomado um novo ciclo de emigração, deverá continuar a constituir, no futuro, a componente mais determinante do crescimento populacional no nosso País.

O presente relatório divide-se em duas partes fundamentais: a primeira parte centra-se na abordagem dos aspectos demográficos que caracterizam estas populações, constituindo a segunda parte na análise da situação económica. Salvo referência expressa todos os dados estatísticos utilizados identificam-se com os dados publicados pelo Instituto Nacional de Estatística-INE, em particular os censos populacionais de 1970, 1981, 1991 e 2001 e as Estatísticas Demográficas.

A evolução sócio-económica e cultural de Portugal e das suas Regiões tiveram necessariamente ao longo do tempo um impacto generalizado sobre a sociedade portuguesa, em particular sobre a evolução das componentes do crescimento populacional, quer ainda sobre a estrutura dos agregados familiares. A dimensão da famílias portuguesas reduz-se continuamente através do tempo, passando de cerca de 3,4 pessoas em média em 1981 sucessivamente para 3,1 pessoas em 1991 e 2,8 pessoas em média por família em 2001.

Noutro plano de abordagem da problemática socio-económica dos idosos, importa referir os principais meios de vida desta população. A nível nacional, os principais meios de vida da população com 50 e + anos e 65 e + anos de ambos os sexos faz ressaltar claramente o peso determinante das pensões e das reformas da população como principal meio de vida, respectivamente cerca de 60% e 90%. Entre a população com 50 e mais anos os principais meios de subsistência significativos reportam-se ao trabalho (27%), pensão/reforma (57%), a cargo da família (9,4%). Entre os idosos de 65 e + anos cerca de 89% possuem como principal meio de vida os rendimentos provenientes da pensão/reforma, e 4% a cargo da família e do trabalho. Na Península de Setúbal e entre a população com 15 e mais anos de idade, cerca de 54% têm como principal meio de vida os rendimentos provenientes do trabalho em comparação com os 44 % da região do Alto Alentejo. Por outro lado, cerca de 22% da população da Península de Setúbal vive dos rendimentos da pensão ou da reforma, em comparação com os quase 36% da região do Alto Alentejo, reflectindo a existência de diferentes estruturas familiares, económicas e laborais.

1. CARACTERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA

As últimas três décadas de evolução socio-demográfica e económica em Portugal caracterizaram-se por alterações acentuadas no tecido social e económico nacional e regional, cujas repercussões marcaram de forma determinante a estrutura da população portuguesa e a dinâmica do seu crescimento.

No plano demográfico, encerrado o ciclo da emigração europeia e mesmo transoceânica (anos 50-70) e dos elevados índices de fecundidade das mulheres portuguesas (anos 70-80), os anos 90 viriam a conhecer situações demográficas e sociais bem distintas das registadas no passado. As duas últimas décadas de evolução demográfica, social e económica de Portugal e das diversas regiões no contexto nacional caracterizaram-se pela ocorrência de fortes alterações no tecido económico, social, familiar e educacional, originando profundas transformações em todos os aspectos da vida das populações e da sociedade em geral. A partir de meados dos anos 90 e no início de um novo ciclo, Portugal passa de país de *forte emigração* no passado para país de *imigração*, movimento que representa actualmente a principal componente do crescimento efectivo da população portuguesa. A Península de Setúbal e o Alto Alentejo traduzem experiências marcantes e representativas da diversidade das regiões portuguesas.

1.1. Dinâmica populacional

As cinco regiões das NUTS II do Continente e as duas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira e, de uma forma mais acentuada, as 30 NUTS III, referem situações e dinâmicas demográficas fortemente diferenciadas entre si. O conjunto da população das NUTS II, entre 1970 e 2001, regista um forte acréscimo nos anos 70 (regresso de portugueses das ex-colónias de África) e níveis de fecundidade relativamente elevados. Segue-se um crescimento quase nulo nos anos 80 para retomar um crescimento significativo nos anos 90 (imigração externa).

População de ambos os sexos, NUTS III - 2001



Legenda: Cada ponto = 10000 habitantes

A região do Alentejo apresenta-se como a única NUTS II que regista uma diminuição efectiva da população ao longo das duas últimas décadas. Nos anos 90 e para além do Alentejo apenas a RA da Madeira refere um crescimento negativo da população total. A região Norte a mais populosa do país concentrava em 2001 mais de 1/3 da população de ambos os sexos, cerca de 36%, comparativamente aos 26% da região de Lisboa e aos 23% da região Centro. As regiões do Alentejo, Algarve e as duas Regiões Autónomas, largamente menos povoadas, representavam respectivamente 7,5%, 3,8% e 2,3% do total da população. A Península de Setúbal concentrava em 2001 cerca de 6,9% da população total do país em comparação com os 1,2% do Alto Alentejo. No quadro das NUTS III, a população residente no Continente apresenta-se largamente concentrada junto do Litoral, com relevância para as áreas da Grande Lisboa e do Grande Porto e respectivas áreas metropolitanas.

Neste quadro de evolução e repartição regional da população, em termos de crescimento demográfico, na década de 70, o regresso de portugueses das ex-colónias (cerca de meio milhão de pessoas), associado aos níveis relativamente elevados da natalidade que ainda caracterizavam a fecundidade da mulher portuguesa e o final dos

grandes ciclos emigratórios do passado, encontram-se na origem de um crescimento populacional elevado da ordem de 1,31% no plano nacional. Nos anos 80, a acentuada redução dos níveis de fecundidade em conjugação com o acentuar do termo do ciclo emigratório explicam a origem de um crescimento populacional quase nulo da ordem de 0,03%. Nos anos 90 o crescimento populacional alcança os 0,53% como reflexo fundamental dos expressivos movimentos imigratórios dirigidos para Portugal. No plano temporal, as regiões de Lisboa, Algarve e do Norte concentram ao longo de todo o período os maiores crescimentos efectivos de população de sinal positivo.

- ✓ Na década de 70 a região de Lisboa e em particular a Península de Setúbal registam as maiores taxas de crescimento efectivo médio anual respectivamente da ordem de 3,1% e 3,7% (migrações internas), em comparação com o valor médio nacional que se situou em cerca de 1,3%. A região do Alto Alentejo regista por outro lado um crescimento de sinal negativo de -0,2%;
- ✓ Nos anos 80 a região do Algarve e a AM do Porto observam os crescimentos populacionais mais significativos respectivamente da ordem de 0,5% e 0,4%. As regiões do Alentejo, RA dos Açores e a região Centro registam, por seu turno, um crescimento de sinal negativo. A Península de Setúbal continua a representar um importante pólo de atracção populacional observando entre 1981-1991 uma taxa de crescimento efectivo da ordem de 0,9% uma das mais elevadas a nível da NUTS III. No extremo oposto situa-se o Alto Alentejo com uma taxa de crescimento de -0,6%;

Neste último período de observação, as taxas médias anuais de crescimento tornam evidente a concentração do crescimento populacional nas regiões do Litoral e em especial na região do Algarve, nas áreas metropolitanas de Lisboa, Porto e na região do Centro. Nos anos 90 e associado ao ciclo da imigração externa dirigida para Portugal, a região do Algarve e a AM do Porto apresentam as taxas de crescimento mais elevadas com valores respectivamente da ordem de 1,6% e 0,8%, seguidas da região Norte com 0,7%, Lisboa e AM de Lisboa com taxas de crescimento mais moderadas (0,6%). A Península de Setúbal regista um dos crescimentos populacionais mais expressivos no conjunto das NUTS III (1,2%), em comparação com uma taxa de crescimento de sinal negativo do Alto Alentejo (-0,6%). As regiões do Interior do Continente, Pinhal Interior Sul, Serra da Estrela, Douro, Alto e Baixo Alentejo, Alto Trás-os-Montes, Beira Interior Sul e a região do Algarve, registam, por seu lado, as mais significativas taxas de crescimento negativas (por ordem decrescente).

1.2. Crescimento natural

A evolução do número de nascimentos e óbitos em Portugal tem registado uma tendência traduzida pela redução contínua dos nascimentos ao longo do tempo e por um movimento em sentido inverso do número de óbitos. Entre 1971-1972, 1981-1982, 1991-1992 e 2001-2002, o número de nascimentos em Portugal passa sucessivamente de cerca de 181 nascimentos anuais para 152 mil, 116 mil e 114 mil indivíduos de ambos os sexos. Entre o início dos anos 70 e 2000 o número de nascimentos decresce em termos relativos cerca de 37%. Registe-se que, fruto essencialmente do impacto do movimento migratório externo na natalidade no nosso País, o movimento descendente do número de nados vivos é interrompido em meados dos anos 90 até 2000. Nestes últimos anos de observação o número de nascimentos atinge os 120 mil indivíduos de ambos os sexos. Após esta data o número de nascimentos retoma uma tendência decrescente, provavelmente como reflexo directo da redução da imigração em Portugal no início dos anos 2000. Por outro lado, o número de óbitos, crescendo continuamente ao longo do tempo, passa de cerca de 96 mil entre 1870-1971 para cerca de 106 mil indivíduos de ambos os sexos entre 2001-2002, correspondendo a um acréscimo da ordem de 11%. O prolongamento da vida humana deverá manter a tendência crescente do número de óbitos num futuro de médio e longo prazo.

Em termos globais os saldos naturais da população referentes ao período de 1991-2001, quer no sexo masculino, quer no sexo feminino, nas regiões Centro, Alentejo e Algarve (por ordem decrescente) registam saldos naturais de sinal negativo observando as restantes NUTS II saldos naturais de sinal positivo.

Em inícios dos anos 70 e 2000 as TCN reduzem-se fortemente mantendo-se estacionárias, com um valor da ordem de 0,1%. As RA dos Açores e da Madeira referem, em termos comparativos, e ao longo do tempo, as TCN mais elevadas, à excepção do período de 2001-2002, reflexo da redução dos níveis de fecundidade destas regiões. Neste último período de observação as Regiões Norte e Lisboa passam a apresentar as TCN mais elevadas no quadro das NUTS II (0,3%). O efeito positivo da imigração (Norte e Lisboa) e o impacto negativo da emigração (Regiões Autónomas) podem ajudar a compreender a evolução registada. A Região do Alentejo, que refere os mais baixos índices de fecundidade, apresenta uma TCN da ordem de -0,5%, seguido da Região Centro com -0,2% e do Algarve com -0,1%.

1.3. Fecundidade

Em termos globais e históricos o decréscimo da natalidade pode sintetizar-se pela evolução do Índice Sintético de Fecundidade ISF, traduzindo o número médio de filhos havidos por mulheres em idade fecunda dos 15-49 anos de idade, cujo valor se reduza em mais de 50% entre 1960 e 2002. O decréscimo acentuado e de forma contínua do ISF é bem expressivo de finais dos anos 60 até quase finais dos anos 80. Na última metade dos anos 90 observa-se uma ligeira recuperação da fecundidade até 2000, registando nos últimos dois anos de observação uma ligeira tendência decrescente.

A nível nacional, o ISF passa de pouco mais de 3 filhos em média por mulher em idade de procriar no período de 1970-1971 para 1,5 filhos em média por mulher entre 2000-2002. Em termos evolutivos, o decréscimo da fecundidade traduzida através do ISF refere-nos uma redução da ordem de 46% entre inícios dos anos 70 e de 2000. As RA dos Açores e da Madeira, quando comparadas com o Continente, continuam a observar os ISF mais elevados a nível regional.

A redução do calendário da fecundidade, quer a nível nacional, quer regional, representa outra das características dominantes na evolução da fecundidade da mulher portuguesa. O declínio da fecundidade, visível em todos os grupos etários, é sobretudo centrado nas idades mais jovens de 20-34 anos de idade. Por outro lado, assiste-se a uma ligeira recuperação da fecundidade nas idades mais jovens, bem como nas idades mais avançadas de 35-49 anos de idade.

1.4. Níveis de sobrevivência

A mortalidade geral e específica na totalidade das NUTS II apresenta uma nítida tendência para a redução dos níveis de mortalidade e pelo correspondente acréscimo da longevidade da população. No quadro da evolução do número de óbitos, a situação caracteriza-se sobretudo pela forte redução da mortalidade infantil e juvenil a par do forte acréscimo da mortalidade da população com 50 e mais anos (sexo masculino e feminino). Entre 1970-1971 e 2001-2002 e a nível nacional, a redução dos óbitos de 0 anos passa, com efeito, de pouco mais de 10% do total de óbitos no primeiro dos períodos em referência para 0,5% no período de 2001-2002. Por outro lado, o peso dos óbitos com 50 e mais anos regista uma evolução inversa. No início dos anos 70 os óbitos de 50 e mais anos representavam cerca de 77% do total, comparativamente aos 91% no período de 2000-2001. Na região do Alentejo, a mais envelhecida do país, a percentagem de óbitos de 50 e mais anos representa cerca de 94% do total de óbitos.

À semelhança da evolução da mortalidade geral e específica da população, o prolongamento da vida média da população do sexo masculino e feminino sintetiza os progressos havidos nas últimas décadas. A esperança de vida média da população em ambos os sexos passa sucessivamente de cerca de 58 aos entre 1949-1952, para 66,9 anos em inícios dos anos 70, alcançando em início dos anos 90 cerca de 75 anos. Em 2002 a esperança de vida média situava-se respectivamente no sexo masculino e feminino em cerca de 73,7 e 80,5 anos (77,1 anos em ambos os sexos). Entre 1990-1991 e 2001-2002 a esperança de vida à nascença aumenta cerca de 3,2 anos no sexo masculino e 3 anos no sexo feminino. No início de 2000, os homens podem esperar viver cerca de 73,7 anos em média, comparativamente aos 80,5 anos das mulheres. A sobremortalidade masculina parece ter-se reduzido ligeiramente entre o início dos anos 90 e 2000. Em 1990-1991 os homens viviam em média cerca de 7,1 anos menos que as mulheres, em comparação com os 6,9 anos do período de 2001-2002. As RA da Madeira e dos Açores, com valores aproximados, registam níveis significativamente mais baixos de esperança de vida à nascença em comparação com as restantes NUTS II.

**Esperança de vida à nascença segundo o sexo.
NUTS I e II, 1990-91 e 2001-02 (em anos)**

NUTS I E II	1990-1991				2001-2002				Variações 1990-91 e 2001-02		
	HM	H	M	H-M	HM	H	M	H-M	HM	H	M
PORTUGAL	73,96	70,43	77,48	7,05	77,11	73,67	80,52	6,85	3,16	3,24	3,04
CONTINENTE	74,05	70,55	77,55	7,00	77,28	73,86	80,65	6,79	3,23	3,31	3,10
Norte	73,59	70,11	77,01	6,90	77,38	73,96	80,71	6,75	3,80	3,85	3,70
Centro	74,38	70,82	78,00	7,17	77,73	74,52	80,92	6,40	3,34	3,69	2,92
Lisboa e Vale do Tejo	74,23	70,70	77,63	6,93	76,90	73,29	80,37	7,08	2,67	2,59	2,74
Alentejo	74,35	70,90	78,02	7,12	77,06	73,70	80,59	6,89	2,71	2,80	2,57
Algarve	73,75	69,95	77,88	7,93	76,80	73,10	80,87	7,77	3,05	3,15	2,99
R A dos Açores	71,86	68,42	75,52	7,09	73,74	70,05	77,69	7,64	1,88	1,63	2,17
R A da Madeira	72,21	67,40	76,68	9,28	73,55	69,03	77,83	8,80	1,34	1,63	1,15

1.5. Saldo natural e migratório

Os movimentos migratórios externos e, em particular, a imigração continuam a constituir um contributo positivo determinante na intensidade e orientação do crescimento populacional em Portugal e na grande maioria das regiões e concelhos portugueses. Obtidos por seguimento do movimento demográfico, o *saldo efectivo* em ambos os sexos na última década, 1991-2001 e a nível nacional, rondou os 489 mil indivíduos comparativamente a um *saldo natural* da ordem de 88 mil efectivos e a correspondente *saldo migratório global* de 401 mil indivíduos. Todas as NUTS II, à excepção das RA dos Açores e da Madeira, referem saldos migratórios de sinal positivo e em todas as regiões é bem visível o papel determinante dos saldos migratórios globais no crescimento da população portuguesa na última década. Registe-se ainda e neste contexto, entre 1995-2001 e 199-2001 o *saldo das migrações internas* na Península de Setúbal apresentava-se *positivo* e um dos mais elevados entre as NUTS III, registando-se saldos migratórios internos de *sinal negativo* na região do Alto Alentejo (saldos respectivamente da ordem de 2,1% e -0,8% no período de 1995-2001). Por outro lado, o peso relativo dos *imigrantes externos* nestas duas regiões (saldo do movimento) e em relação à população total recenseada, representava 2,6% na região de Setúbal e 0,9% no Alto Alentejo, comparativamente aos 2,4% do total nacional (ambos os sexos).

1.6. Repartição etária da população

O «*mecanismo*» do processo de envelhecimento demográfico encontra-se intimamente associado aos níveis de fecundidade e de longevidade da população. À medida que a fecundidade e a mortalidade diminuem inicia-se um processo de decréscimo das populações jovens e de um quase correspondente aumento da população idosa. Também em Portugal o acréscimo da esperança de vida à nascença e a redução dos níveis de fecundidade, em conjugação com os elevados movimentos imigratórios dos anos 50-70, explicam a situação presente.

Neste quadro de evolução tem-se assistido ao longo do tempo a um duplo envelhecimento demográfico decorrente da redução da fecundidade (envelhecimento na base da pirâmide etária) e o envelhecimento no topo da pirâmide, como resultado do acréscimo da longevidade da população. A nível nacional e regional a evolução das estruturas demográficas podem sintetizar-se da seguinte forma:

A nível nacional

- a) Em ambos os sexos a população jovem de 0-14 anos passa sucessivamente de 25,5% do total geral em 1981 para 20,0% em 1991, para se situar em 16,0% em 2001, traduzindo um decréscimo da ordem de 16% entre 1991 e 2001;
- b) A população de idade adulta de 15-64 anos cresce em termos proporcionais entre 1981, 1991 e 2001, passando respectivamente de 63,0% do total para 66,4% e 67,7% na última data de observação;
- c) Finalmente, a população idosa de 65 e mais anos de idade regista acréscimos sucessivos, passando de 11,4% em 1981, para 13,6% em 1991 e 16,4% em 2001;
- d) A população de 50 e mais anos de idade passa dos cerca de 1/4 do total em 1970 para pouco mais de 1/3 em 2001;
- e) Os níveis de dependência demográfica, e em razão directa com o acréscimo da população idosa e a redução da população jovem, tendem a aumentar em relação aos idosos e a diminuir entre a população jovem. O índice de dependência total do conjunto nacional situava-se em 1970 num valor da ordem de 62 jovens e idosos por cada 100 adultos em 1970, em comparação com cerca os cerca de 48 jovens e idosos por cada 100 adultos de 15-64 anos em 2001;
- f) Por outro lado, o índice de envelhecimento demográfico triplica entre 1970 e 2001. Na primeira destas datas, por cada 34 idosos existiam 100 jovens de 0-14 anos. Em 2001 o número de idosos ultrapassa já o número de jovens com 102 idosos por cada 100 jovens;
- g) Os grandes idosos de 75 e mais anos mais do que duplicam em termos relativos passando de 3,2% em 1970 para 6,8% em 2001.

NUTS III

- h) Ao nível das NUTS III e em ambos os sexos (2001), o grupo dos jovens concentram-se de forma predominantemente nas RA dos Açores e da Madeira, nos concelhos do Litoral (Grande Lisboa, Península de Setúbal, Oeste e Pinhal Litoral) e nas regiões mais a Norte do Continente (excluindo Alto-Trás-os-Montes). Por outro lado, os idosos concentram-se mais fortemente em todas as NUTS do Interior do Continente com destaque para a região do Alentejo
- i) Por outro lado, a população adulta de 15-64 anos de idade tem um peso relativo mas importante em todas as regiões do Litoral e do Algarve (e algumas regiões limítrofes), excluindo o Alentejo Litoral e o Minho Lima. Todas as restantes NUTS III apresentam um valor de adultos no conjunto da população significativamente inferior;

- j) Os idosos de 65 e mais anos, e em ambos os sexos, registam naturalmente neste quadro de evolução, um processo inverso ao observado pelos adultos. Desta forma, a população idosa concentra-se de forma expressiva nas regiões que integram a metade interior do Continente (à excepção da região do Douro e do Algarve);

Península de Setúbal e Alto Alentejo

- k) A Península de Setúbal refere uma das estruturas menos envelhecidas no âmbito das NUTS III, quer na base que no topo da pirâmide etária. Em 2001 o número de jovens de ambos os sexos representava cerca de 15,3% do total em comparação com os 13,3% do Alto Alentejo e os 16% do conjunto nacional;
- l) A percentagem de população adulta de 15-64 anos de idade concentra-se mais fortemente na Península de Setúbal com 70,3%, um dos valores mais elevados das NUTS III, em comparação com os 60,8% do Alto Alentejo (Portugal 6,7%);
- m) Por fim, a população idosa de 65 e mais anos representava 14,3% na região da Península de Setúbal em comparação com os 26,0% do Alto Alentejo (Portugal 16,4%).

2. ENVELHECIMENTO ACTIVO

Traduzindo o efeito de longo prazo da queda da fecundidade para valores muito abaixo do nível de substituição da gerações, em paralelo com o contínuo acréscimo da esperança de vida média da população, **o envelhecimento da população activa** poderá por si só determinar a implementação de novas políticas sociais, em particular no quadro da formação e requalificação profissional. A especialização e a globalização da economia mundial, o indispensável acréscimo da produtividade, no âmbito de uma economia progressivamente mais concorrencial, colocam novos desafios e questões específicas relacionadas com o grupo dos activos mais idosos e da sua natural relação com os activos mais jovens. Não sendo previsível uma significativa retoma dos padrões de fecundidade, no plano demográfico existente, apenas o impacto da imigração externa poderá vir a introduzir um efeito retardador de um maior e mais rápido envelhecimento das estruturas da população activa.

No quadro específico da economia portuguesa, os reduzidos níveis de qualificação académica, formação e especialização profissional de uma grande maioria dos activos

mais idosos, situação associada a baixos níveis de produtividade, de reduzida inovação tecnológica a par da persistência de métodos de produção tradicionais (em especial e actividades de alta intensidade de mão-de-obra não especializada), não deixarão de condicionar uma política laboral e social, fortemente orientada para o grupo dos activos mais idosos. Em resumo e decorrente da situação demográfica presente e das perspectivas de evolução num horizonte de médio e longo prazo, as consequências directas e indirectas do envelhecimento no plano do emprego, as necessidades de formação, podem centrar-se nos seguintes grupos alvo:

- ✓ Crescimento da população activa mais idosa de 40-64 anos de idade comparativamente aos activos mais jovens de 15-39 anos de idade, quer no sexo masculino, quer no sexo feminino;
- ✓ Forte aumento dos idosos e o elevado acréscimo das necessidades das populações sem actividade económica mais envelhecidas (saúde, apoio domiciliário, educação, assistência, etc.);
- ✓ O aumento significativo dos activos mais idosos de 65 e mais anos;
- ✓ Um previsível acentuado acréscimo dos desempregados de longa duração entre a população activa com 45 e mais anos de idade;

É neste quadro particular que a projecção da população activa e inactiva por sexos e grupos etários quinquenais, no horizonte de longo prazo, 2001-2021, se insere, podendo representar um precioso instrumento de abordagem e análise quantitativa da problemática do envelhecimento demográfico dos activos em Portugal, num período de médio e longo prazo.

2.1. População Activa e Envelhecimento, 1981-2001

No quadro da população activa nacional nas duas últimas décadas de observação, a evolução das estruturas demográficas poderá sintetizar-se da seguinte forma:

- ✓ Entre 1981 e 2001 a população activa de 15 e mais anos de idade aumenta cerca de 324 mil efectivos de ambos os sexos no grupo etário de 15-39 anos, comparativamente a um acréscimo da ordem de 571 mil activos entre os activos mais envelhecidos (em ambos os sexos). Os activos idosos de 65 e mais anos tendem a decrescer ligeiramente entre 1981 e 2001 (em termos absolutos).

**População com actividade económica por grandes grupos etários Portugal,
1981-1991 e 2001**

Idades	População com actividade económica (milhares)								
	1981			1991			2001		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
15-39 anos	2472	1525	947	2618	1466	1152	2795	1490	1305
40-64 anos	1533	1060	474	1674	1049	624	2105	1196	909
65 e + anos	92	69	23	72	50	23	90	56	34
Total	4097	2653	1443	4364	2565	1799	4990	2742	2248

- ✓ Entre 1981, 1991 e 2001, as taxas de actividade da população do sexo masculino, significativamente decrescentes nas décadas de 80 e 90, nas idades mais baixas de 15-19 anos e 20-24 anos de idade (devido sobretudo ao acréscimo da escolaridade), mantêm-se relativamente constantes nos restantes grupos etários (em especial em 1991 e 2001);
- ✓ No sexo feminino regista-se, por outro lado, um forte acréscimo das taxas de actividade em quase todas as idades, (excluindo as idades de 15-19 anos e 20-24 anos de idade), em particular nas idades de 25-64 anos, 1991-2001;
- ✓ Em termos globais, as taxas de actividade da população com 15 e mais anos, no sexo masculino, registam uma tendência decrescente entre 1981-1991-2001, passando de 72,7% na primeira destas datas, sucessivamente para 68,4% em 1991 e 66,0% em 2001;
- ✓ No sexo oposto observa-se uma tendência inversa, assistindo-se a um acréscimo contínuo das taxas de actividade entre 1981 e 2001, passando de 35,9% em 1981, para 43,4% em 1991 e 49,4% em 2001.

O grupo das gerações de activos mais jovens de 15-39 anos de idade no sexo masculino, regista uma ligeira tendência decrescente entre 1981 e 2001, passando respectivamente de cerca de 57,5% do total nesta primeira data de observação para 54,3% em 2001. O grupo dos activos mais idosos de 40-64 anos observam um comportamento inverso, passando no conjunto dos activos de 39,9% em 1991 para 43,6% do total em 2001. Finalmente, os activos de 65 e mais anos observam uma

evolução quase estacionária em termos relativos, respectivamente 2,6% e 2,1% entre 1991 e 2001 no sexo masculino e 1,6% e 1,5% no sexo feminino.

- ✓ Ao nível da NUTS II e NUTS III (Península de Setúbal e Alto Alentejo) as taxas de actividade referentes a 2001 variam de forma significativa no âmbito regional. As taxas de actividade da Região e da Península de Lisboa encontram-se entre as mais elevadas de todo o conjunto. A taxa de actividade de ambos os sexos situava-se na ordem de 61%, em comparação com uma taxa de actividade de cerca de 67% entre os activos do sexo masculino e quase 55% no sexo oposto;
- ✓ Por outro lado, as taxas de actividade da população activa da Região do Alto Alentejo apresentam dos mais baixos valores do conjunto da NUTS II e III, quer no sexo masculino, quer no sexo feminino. Na última data de observação as taxas de actividade entre a população activa com 15 e mais anos situava-se na ordem de 49% em ambos os sexos, comparativamente a uma taxa de actividade de cerca de 57% no sexo masculino e 41% no sexo feminino;
- ✓ Em síntese, as taxas de actividade da população activa da Península de Setúbal aproximam-se dos valores da região de Lisboa e encontram-se entre os mais elevados deste conjunto (quer entre os activos mais jovens, quer entre os activos mais idosos);
- ✓ Registe-se ainda que a relação entre activos e inactivos de ambos os sexos é 70% inferior no Alto Alentejo em comparação com a Península de Setúbal, com valores respectivamente da ordem de 0,9 e 1,5 activos por cada inactivo em 2001.

Para concluir, o seguinte refere-nos a estrutura dos beneficiários de prestações de desemprego em ambos os sexos agrupados em grandes grupos etários. Destaque-se que entre os desempregados mais de 2/3 concentram-se no grupo dos activos mais jovens de 15-49 anos (71% do total), em comparação com cerca de 29% de desempregados que integram o grupo dos activos mais idosos com 50 e mais anos.

Beneficiários de prestações de desemprego, segundo o sexo e idade, em 2003. NUTS I, II e III (Península de Setúbal e Alto Alentejo).

Portugal - NUTS I, II e III	Total	Homens	Mulheres	- 24 anos	25-29 anos	30-39 anos	40-49 anos	50-54 anos	55 e +	15-49	50 e +
	Em unidades			Valores em %							
PORTUGAL *	482 195	205 350	276 695	11,9	16,3	24,2	18,4	9,4	19,8	70,7	29,3
CONTINENTE	208 058	88 711	119 347	13,0	16,0	24,2	18,4	9,3	19,2	71,5	28,5
NORTE	188 586	82 111	106 475	13,0	15,8	24,0	18,2	9,4	19,6	71,0	29,0
CENTRO	88 401	34 517	53 884	12,1	17,1	24,0	18,7	9,1	19,1	71,8	28,2
LISBOA	119 319	56 161	63 158	9,9	17,2	25,3	17,6	9,6	20,3	70,1	29,9
Península de Setúbal	38 275	17 288	20 987	10,3	17,5	24,6	18,8	10,1	18,7	71,3	28,7
ALENTEJO	44 184	16 196	27 988	11,0	14,3	22,4	20,0	10,1	22,1	67,8	32,2
Alto Alentejo	7 567	2 754	4 813	12,4	15,4	23,5	20,8	8,9	18,9	72,1	27,9
ALGARVE	19472	6600	12872	12,5	17,4	25,8	20,7	8,7	14,9	76,5	23,5
AÇORES	5 727	2 136	3 591	21,6	23,4	27,8	16,3	5,0	5,9	89,1	10,9
MADEIRA	5 835	2 521	3 314	16,0	16,4	24,6	20,1	9,7	13,1	77,1	22,9

* Excluindo as residências ignoradas

Fonte: Ministério da Segurança Social e do Trabalho, Instituto de Informática e Estatística da Solidariedade (IIES).

Notas: O total para Portugal inclui beneficiários de prestações de desemprego com residência e características (sexo e idade) não determinadas.

Os novos beneficiários respeitam a indivíduos que passaram a receber prestações de desemprego em 2003.

2.2. Perspectivas de Evolução, 2001-2021

A evolução das estruturas demográficas da população portuguesa e o acentuar do processo de envelhecimento terão fortes repercussões na evolução da população activa. As projecções da população activa para o conjunto nacional, baseadas na projecção da população por sexos e idades e da projecção da população activa no horizonte de 2021, ajudam a precisar a problemática do envelhecimento demográfico no contexto da população activa. Tenha-se no entanto presente e no horizonte de longo prazo (2001-2051, plano nacional), a população portuguesa tenderá a atingir um máximo populacional em meados de 2011, decrescendo continuamente até final do período. Entre 2001 e 2051 a população global poderá com efeito reduzir-se em cerca de 11%, passando respectivamente de cerca de 10 milhões e quase 400 mil indivíduos de ambos os sexos para cerca de 9 milhões e 300 mil efectivos. A população idosa de 65 e mais anos passará dos cerca de 16,4% em 2001 para 28,4% em 2051. Os jovens de 0-14

anos e a população em idade activa de 15-64 anos observarão uma evolução inversa, decrescendo em termos absolutos e relativos. Os activos de 15-64 poderão diminuir mais de 1,5 milhões de efectivos em ambos sexos, passando de cerca de quase 68% do total de 2001 para 59% em 2051. O acréscimo da população idosa é sobretudo marcante entre os grandes idosos. A população com 80 e mais anos passará de 3,4% do total em 2001 para quase 8% em 2051. Registe-se finalmente que a relação entre idosos e jovens mais do que duplicará entre o início e o final do período das projecções. Em 2001 por cada 100 jovens de 0-14 anos existiam cerca de 102 idosos de 65 e mais anos. Em 2051 a cada 100 jovens de 0-14 anos deverão corresponder cerca de 226 idosos de 65 e mais anos (ambos os sexos). As alterações de longo prazo que se irão observar na estrutura da população global não deixará de ter reflexos profundos na estrutura da população activa.

Se nos reportarmos apenas aos próximos 20 anos de evolução (2001-2021), da análise dos resultados e em termos sintéticos, poderão concluir-se os seguintes aspectos:

- ✓ A população activa de 15 e mais anos de idade tenderá a crescer ligeiramente até 2011, seguindo posteriormente uma ligeira tendência decrescente, quer no sexo masculino, quer no sexo feminino. Em ambos os sexos, a população activa de 15 e mais anos será ligeiramente inferior aos activos recenseados em 2001 (4 milhões e 946 mil activos);
- ✓ As grandes variações da população activa entre 2001 e 2021 deverão centrar-se no forte acréscimo dos activos mais idosos de 40-64 anos de idade (534 mil efectivos e ambos os sexos) comparativamente a -613 mil activos de 15-39 anos de idade. Embora com menor peso estatístico deverá assistir-se a acréscimos ligeiros da população activa de 65 e mais anos;
- ✓ A longo prazo, a população activa tenderá, pois, a envelhecer progressivamente, apesar do impacto positivo da imigração externa em Portugal estar presente no presente modelo de projecção. Em termos relativos, a repartição da população activa por grandes grupos etários passará no conjunto do sexo masculino de pouco mais de 57% de activos em 1981, sucessivamente para 54,3% do total em 2001 e 43,0% em 2021, no grupo dos activos mais jovens de 15-39 anos. O sexo feminino regista uma tendência semelhante, passando de pouco menos de 65,6% do total em 1981, para 58,1% em 2001 e 47,7% em 2021. Por outro lado, o grupo dos activos mais idosos de 40-64 anos passará dos cerca de 40% de 1981 sucessivamente para valores relativos próximos de 44% em 2001 e 54,5% em 2021 (sexo masculino). No sexo feminino os activos de 40-64 anos

- passarão aproximadamente de 33% em 1981 para pouco mais de 40% em 2001, podendo ultrapassar os 52% em 2021;
- ✓ Em resumo, o acréscimo dos activos mais idosos de 40-64 anos entre 2001-2021 poderá representar cerca de +22% no sexo masculino comparativamente a cerca de +30% no sexo feminino. Entre os activos mais jovens de 15-39 anos observa-se uma situação inversa, registando-se decréscimos relativos da ordem de -23% no sexo masculino e -21% no sexo oposto. Finalmente, os activos de 65 e mais anos observarão variações positivas da ordem de +21% no sexo masculino e +41% no sexo feminino, entre as datas de início e final da projecção.

Variação da população activa, Portugal, 2001-2021 (Milhares)

Grupos etários	HM	H	M
15-39 anos	-613	-339	-275
40-64 anos	534	266	268
40-44	96	45	51
45-49	147	72	75
50-54	118	58	60
55-59	116	63	53
60-64	57	28	29
65 e + anos	27	12	15

Estes aspectos são tanto mais importantes se tivermos em conta os desajustamentos estruturais da economia portuguesa, em particular no plano da produtividade. Refira-se igualmente a título de exemplo que em 2003 a produtividade do trabalho por pessoa empregada era em Portugal 64,3 (UE15=100), em comparação com valores da ordem de 91,3 na Grécia ou dos 95,2 da Dinamarca (para referir apenas os valores mais baixos dos restantes 15 membros da UE).

Índice de Envelhecimento Demográfico (%) - HM

Anos	Portugal	Península de Setúbal	Alto Alentejo
1971	34,0	27,6	49,7
2001	102,2	93,4	195,8

Fonte: Recenseamentos da População: 1970 e 2001, INE

3. CONCLUSÕES

O Portugal dos anos 60, 70 e até meados dos anos 80 apresentava um alto índice de fecundidade, um dos mais elevados no contexto europeu, largamente superior ao nível de substituição das gerações. A partir de meados dos anos 80 e até a presente e de forma quase contínua a fecundidade decresce progressivamente para valores da ordem de 1,4 filhos em média por mulher em idade fecunda, um nível de fecundidade dos mais baixos no conjunto dos países mais desenvolvidos. A contínua redução dos níveis de fecundidade observada a partir dos anos 80, só é ligeiramente interrompida no início de 2000, fruto sobretudo do contributo da imigração externa. De país de forte emigração nos anos 60 (emigração europeia) e encerrado o ciclo da emigração externa, Portugal torna-se num país de imigração, particularmente a partir de meados dos anos 90.

Neste contexto de evolução os *anos 60* caracterizam-se por uma população jovem e fortemente concentrada nas idades mais baixas (alta fecundidade) a par de um reduzido peso da população mais idosa (mortalidade elevada). Envelhecendo progressivamente através dos tempos, a população jovem de 0-14 anos passa sucessivamente de 28,5% do total geral em 1970 para 16,0% em 2001 (Portugal). O decréscimo dos jovens é particularmente expressivo no Alto Alentejo, uma das NUTS III mais envelhecidas de Portugal, cujos efectivos se reduzem em cerca de 38% observando a Península de Setúbal um decréscimo da mesma ordem de grandeza. Por fim, o grupo dos idosos de 65 e + anos regista acréscimos da ordem dos 110% e 95 % respectivamente no Alto Alentejo e Península de Setúbal.

Para concluir, *Índice de envelhecimento demográfico*, ou seja a relação entre o grupo dos idosos no conjunto dos jovens, torna mais expressivas as mudanças registadas na estrutura da população portuguesa. Com efeito, o índice de envelhecimento mais do que triplica entre 1970 e 2001. No conjunto nacional, e em 1970, existiam cerca de 34 idosos de 65 e mais anos por cada 100 jovens em comparação com os 102 idosos

por cada 100 jovens de 0-14 anos em 2001. Na região do Alto Alentejo o Índice de Envelhecimento quase que quadruplica, passando respectivamente de cerca de 50 idosos por cada 100 jovens em 1970 para 196 idosos por cada 100 jovens de 0-14 anos em 2001. A Península de Setúbal regista um acréscimo equivalente do Índice de Envelhecimento, passando de cerca de 28 idosos por cada 100 jovens em 1970 para uma relação da ordem de 93 idosos por cada 100 jovens.

Tendo em atenção os parâmetros fundamentais da evolução demográfica da década de 80 e 90, a população portuguesa deverá continuar a registar o **progressivo envelhecimento da população** traduzido pelo forte acréscimo da população com 65 e mais anos e dos grandes idosos (80 e mais de idade), a par da redução do número de nascimentos, reflectindo, deste modo, um **duplo envelhecimento demográfico, no topo e na base da pirâmide etária**. O acréscimo da esperança de vida à nascença traduzir-se-á no aumento do número de óbitos em especial nas idades mais avançadas.

Para concluir, o envelhecimento da população activa, representando naturalmente a consequência do envelhecimento global da população e o impacto directo da emigração externa registada nas décadas de 60 e 70, deverá traduzir-se, no curto e médio prazo numa das características fundamentais destas populações. No horizonte de 2021, admitindo uma evolução moderada da população (natalidade, mortalidade e um saldo migratório externo positivo) aponta que a grande transformação da estrutura dos activos em Portugal. A termos em conta estas hipóteses, entre 2001 e 2021, a grande mudança na estrutura da população activa em Portugal poderá resumir-se na existência nesta última data de observação de menos 22% de activos mais jovens de 15-39 anos, comparativamente a mais 25% de activos mais idosos de 40-64 anos. No seu conjunto a população activa deverá manter-se relativamente estável, ao redor de 5 milhões de indivíduos de ambos os sexos.